

pb

O 5 DEZ 1991

O dinheiro público para 1992

O 5 DEZ 1991

O GLORO

CHICO ALENCAR

O processo constituinte venceu suas etapas ao elaborar a Carta Magna em 1988, as Constituições estaduais em 1989 e as Leis Orgânicas Municipais em 1990. Por mais que toda essa legislação não tenha ainda descido do papel para a realidade, ela afirmou uma novidade na história jurídico-política brasileira: ao lado da assertiva de que "todo poder emana do povo", acrescentou-se que ele o exerce através de seus representantes ou diretamente. Portanto, democracia não é só votar: é exercer a cidadania e participar ativamente da vida social.

Uma das formas mais concretas de praticar a cidadania e exercer algum tipo de poder é interferir na elaboração do Orçamento municipal. Muitas prefeituras do PT vêm procurando envolver a população nos debates sobre o tema, por entender essa participação como vital para a democratização da gestão pública. São outdoors, cartilhas, reuniões nos conselhos de bairros e apresentações, pelo secretariado, de planos de trabalho por setor.

A Prefeitura de São Paulo, em setembro, realizou 22 audiências públicas nas regiões administrativas para definir as prioridades orçamentárias do município. A culminância desse processo foi uma reunião com a presença da Prefeita Luiza Erundina, do seu secretariado, e de cerca de duas mil pessoas, na sua maioria representantes dos movimentos organizados da cidade.

No Rio de Janeiro, lamentavelmente, a situação é outra. Embora a Lei Orgânica do Município exija, em seu artigo 255, a participação popular em todas as etapas de elaboração do Orçamento, isto não ocorre na prática. O Executivo não trata o Orçamento como um instrumento importante dentro do processo de planejamento

global da cidade — definição de prioridades, visão do desenvolvimento do espaço urbano a médio e longo prazos e definição de metas a serem atingidas no ano de sua aplicação.

Do que está proposto para 1992 na peça orçamentária enviada pelo Executivo carioca à Câmara municipal, mais de um terço (cerca de um trilhão de cruzeiros) vai ser gasto em obras. Algumas delas bem discutíveis, como a duplicação da Av. Niemeyer e o recapeamento das pistas do Parque do Flamengo, hoje em bom estado; a construção de uma via paralela à Estrada do Galeão, rasgando toda a encosta da Praia do Galeão à Praia da Bica; a construção do Túnel da Covaca, que custará US\$ 33 milhões e contra a qual já se manifestaram muitas das associações de moradores daquela região; a reforma de jaulas no Zóo, destinando-se Cr\$ 219 milhões só para a do simpático macaco Tião e seus parentes.

É flagrante que a maior parte dessas obras destina-se a maquiagem a cidade para a Rio-92. Será isto razoável? O abandono de reais prioridades para passar um verniz na cidade, de forma a impressionar bem os chefes de Estado estrangeiros que virão, não é uma espécie de complexo próprio de mentalidade subdesenvolvida?

Será que gastos em obras de contenção de encostas não são mais adequados do que aqueles destinados à compra de Voyages e Opalas para servirem de viaturas de representação dos secretários e da assessoria militar?

Parece-nos também uma contradição a destinação de um bilhão de cruzeiros com estudos e projetos para uma nova sede do Tribunal de Contas do Município, enquanto que para o Programa Emergencial de Reassentamento de famílias desabrigadas desde 1989 estão sendo alocados apenas Cr\$ 280 milhões. O prefeito afirma que vai gastar no setor de Educação 39,6% dos tributos, incluindo transferências do Estado e da União. Isto representa em números

Cr\$ 644 bilhões ou, ainda, 16% do Orçamento. Mas é preciso ser visto que neste percentual estão incluídos obras de reforma e construção de Cieps (cerca de Cr\$ 180 bilhões); reforma e construção de unidades escolares; censo escolar; manutenção e conservação de prédios; e informatização da Secretaria municipal de Educação. Com tudo isso, o que sobra para ser dedicado ao ensino, como capacitação de professores e material escolar e didático, fica aquém das necessidades.

Os mais de Cr\$ 300 milhões destinados à aquisição de placas de bronze que seriam suficientes para reinaugurar 254 escolas chegam a ser uma ironia, ainda mais quando colocados, como estão, no item "expansão de vagas da Rede Física da SME"...

A Prefeitura pretende gastar 44,85% das suas receitas correntes com pagamento de pessoal. É preciso saber se isto permitirá um reajuste significativo nos salários do funcionalismo, extremamente defasados. Só como exemplo: enquanto, em outubro último, uma professora de 1ª a 4ª série (formação de 2º Grau, início de carreira e regime de trabalho de 20 horas semanais) no Rio ganhava Cr\$ 87.000, em São Paulo ganhava Cr\$ 184.000 e em Angra dos Reis Cr\$ 177.000. Essa situação é uma vergonha para aquela que se pretende (ainda?) a capital cultural do País.

O Orçamento do Rio para 1992 está na Câmara Municipal. Ali, parte de suas distorções poderá ser corrigida. Mas sem a atenção, o acompanhamento e as proposições de homens e mulheres anônimos que aqui vivem e trabalham, ele perde muito de seu sentido. Vira assunto só para entendidos. E estes — no seu isolamento — podem muito bem achar que turistas e animais do Zóo merecem mais cuidados que os humanos habitantes da cidade.

Chico Alencar é Líder do PT na Câmara municipal do Rio de Janeiro.